

# Câmara faz mudanças na Saúde

Projeto de interesse do Executivo enviado ao Legislativo é votado na Comissão de Educação

Fernando Bizerra/BGPress

SÉRGIO PARDELLAS  
REPÓRTER DO JB

Rendeu resultados o esforço feito pela governadora em exercício, Maria de Lourdes Abadia, para apressar a aprovação do Plano Emergencial de Saúde, enviado pelo Executivo há 15 dias à Câmara Legislativa. No início da semana, Abadia foi à Câmara pedir pressa na tramitação do projeto. Ontem, a presidência antecipou a reunião da Comissão de Educação e Saúde que só seria realizada na próxima terça-feira, e aprovou extraordinariamente o projeto.

Lançado pelo governador Joaquim Roriz, o plano prevê a recuperação da estrutura física do sistema, o melhoramento dos recursos humanos e o reaparelhamento das unidades hospitalares no DF.

A aprovação do projeto na comissão deu trabalho aos deputados governistas. A presidente da Comissão de Educação e Saúde, deputada Arlete Sampaio (PT), lutou pela supressão do artigo 1º, parágrafo único, que fixa gratificações temporárias pagas pelos procedimentos médicos. Durante a sessão, realizada on-

tem, Arlete alertou os parlamentares para uma falta de clareza no texto, que não explicaria, por exemplo, qual atividade médica seria contemplada e quais profissionais poderiam receber as gratificações.

As ponderações da petista acabaram convencendo os próprios parlamentares governistas – Eurides Brito (PMDB), Izalci Lucas (PFL), Anilcéia Machado (PSDB), Eliana Pedrosa (PL) – e o projeto, sem o artigo, acabou aprovado por unanimidade na comissão.

– Não é questão de votar contra. A redação está confusa. Não podemos assinar um cheque em branco. Que procedimento médico faz jus à gratificação? Que médico vai receber? – indagou Arlete.

Ao ser informada sobre as mudanças durante encontro com os diretores de hospitais na Faculdade de Medicina, a governadora em exercício, Maria de Lourdes Abadia, lamentou.

– Queremos compensar quem trabalha mais. É lamentável que o artigo tenha sido suprimido – disse.

Presente ao encontro, o presidente do Sindicato dos Médicos, Francisco Rossi, de-



Para discutir o assunto, governadora Maria de Lourdes Abadia recebeu médicos em café da manhã

clarou que a deputada Arlete está "fazendo política" com a Saúde.

– Na Saúde não existe ideologia partidária. Precisamos de menos discurso e mais prática – reclamou.

Pela proposta do Executivo, a nova gratificação, decorrente da valorização profissional, provocaria um impacto de R\$ 15 milhões nos cofres públicos.

Izalci argumenta que, se o projeto não for revisto, pode até contrariar a Lei de Responsabilidade Fiscal e provocar uma enxurrada de ações traba-

lhistas. A idéia do pefelista é reparar os equívocos da mensagem do Executivo por intermédio de uma emenda de plenário.

O secretário de Saúde, Arnaldo Bernardino, procura formas de reverter as mudanças feitas no projeto.

– Se não revertermos esse quadro no plenário da Câmara, buscaremos outras formas para garantir a produtividade dos profissionais e aumentar a auto-estima de quem trabalha na saúde – afirmou.

Além de retirar o parágrafo

1º, também foram apresentadas duas emendas ao projeto, pelas deputadas Eurides Brito (PMDB) e Anilcéia Machado (PSDB). O projeto já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça e voltará na próxima semana à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. Tramitando em regime de urgência urgentíssima, o projeto segue para o plenário da Câmara.

pardellas@jb.com.br

SAÚDECONTINUA NA PÁGINA 3